

---

## RELATÓRIO ANUAL DE CONTROLE INTERNO

---

### Exercício de 2016

Nos termos do artigo 74 da Constituição Federal, artigo 59 da Lei Complementar nº 101/00, artigo 63 a 66 da Lei Complementar nº 33/94 e em atendimento ao disposto na Instrução Normativa nº 02/2014 do TCE/MG, apresenta-se o Relatório Anual do Controle Interno, parte integrante da prestação de contas referente ao exercício de 2016.

A Controladoria Interna atuou de forma responsável e comprometida no acompanhamento da gestão pública.

A Controladoria Interna procedeu a orientações com o objetivo de melhorar a eficiência dos gastos públicos, buscando cumprir o disposto na Constituição Federal, zelando pela legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência na gestão dos recursos públicos.

### **1 – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

As metas previstas no Plano Plurianual para o quadriênio de 2014 a 2017, do Município de Andradas, foram estabelecidas na Lei Municipal nº 1.642, de 25 de novembro de 2013, constituindo-se como instrumento de planejamento das ações de governo, bem como, orientador da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA.

As metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias foram instituídas pela Lei Ordinária Municipal nº 1.700 de 29 de junho de 2015.

Apesar da grave crise econômica enfrentada pelos municípios e, com Andradas não foi diferente, entendemos, s.m.j., que os programas oferecidos à coletividade foram adequadamente cumpridos.

## 2 – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO A EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

### 2.1 – ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

O Orçamento do Município de Andradas para o exercício financeiro de 2016 foi elaborado conforme disposições contidas na Lei 4.320/64 e demais legislações pertinentes, tendo sido aprovado por meio da Lei Ordinária Municipal nº 1.729 de 31 de dezembro de 2015.

A receita, após análise da evolução média dos três últimos exercícios, dos fatores conjunturais que poderiam influenciar as transferências a serem recebidas, foi estimada em R\$ 87.322.000,00 (Oitenta e sete milhões, trezentos e vinte e dois mil reais).

Da mesma forma a fixação das despesas decorreu da análise de quais eram as demandas internas existentes, conjugada com a observação histórica das despesas efetivamente realizadas nos 03 (três) últimos exercícios financeiros; as metas previstas no PPA; as metas e prioridades definidas na LDO.

LEI ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO DE 2016			
RECEITA PREVISTA POR	VALOR	DESPESA FIXADA	VALOR
CATEGORIA	(R\$)	POR CATEGORIA	(R\$)
Receitas Correntes	91.202.234,00	Despesas Correntes	73.299.362,00
Receitas de Capital	6.279.366,00	Despesas de Capital	10.292.238,00
Dedução para o FUNDEB	(9.643.600,00)	Reserva de Contingência	3.730.400,00
Dedução-Andradas Prev	(516.000,00)		
<b>TOTAL</b>	<b>87.322.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>87.322.000,00</b>

### 2.2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA

A despesa empenhada, no exercício de 2016, importou em R\$ 74.321.149,92 (Setenta e quatro milhões, trezentos e vinte e um mil, cento e quarenta e nove reais, noventa e dois centavos), equivalendo a 85,11% do total orçado.

O valor liquidado, R\$ 72.927.493,53 (Setenta e dois milhões, novecentos e vinte e sete mil, quatrocentos e noventa e três reais e cinquenta e três centavos) – representou 98,12% da importância empenhada.

O valor pago, R\$ 65.932.855,83 (sessenta e cinco milhões, novecentos e trinta e dois mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e três centavos), importou em 90,41%

sobre o valor liquidado. As Notas de Empenho estão acompanhadas de documentação comprobatória hábil (notas fiscais, faturas, etc.) e arquivadas conforme legislação vigente.

## **2.3 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

No Balanço Orçamentário estão demonstradas as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas, bem como o desempenho da administração em termos de arrecadação.

O valor da receita orçada para o exercício 2016 foi de R\$ 87.322.000,00 (Oitenta e sete milhões, trezentos e vinte e dois mil reais) e a efetivamente arrecadada totalizou R\$ 83.068.325,55 (Oitenta e três milhões, sessenta e oito mil, trezentos e vinte e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), ocorrendo Insuficiência de arrecadação no valor de R\$ 4.253.674,45 (Quatro milhões, duzentos e cinquenta e três mil, seiscentos e setenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos), sobretudo em virtude do não recebimento de recursos de convênios.

A despesa empenhada atingiu o valor de R\$ 74.321.149,92 (Setenta e quatro milhões, trezentos e vinte e um mil, cento e quarenta e nove reais e noventa e dois centavos), ocorrendo superávit orçamentário no valor de R\$ 8.747.175,63 (Oito milhões, setecentos e quarenta e sete mil, cento e setenta e cinco reais e sessenta e três centavos).

## **2.4 – CRÉDITOS ADICIONAIS**

Todos os Créditos Adicionais foram abertos mediante autorização Legislativa.

### **2.4.1 – CRÉDITOS SUPLEMENTARES**

Os créditos suplementares destinados ao reforço de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 10.486.730,00 (Dez milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, setecentos e trinta reais), correspondendo a 12,01% do valor orçado, foram abertos em conformidade com o artigo 40 da Lei nº 4.320/64, artigo 167, inciso V, da Constituição Federal e ao limite de 20% autorizado pelo Legislativo:

- R\$ 9.164.730,00 (Nove milhões, cento e sessenta e quatro mil, setecentos e trinta reais) por anulação de dotações;

- R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) por excesso de arrecadação do convênio nº1671002875/2015;

- R\$ 1.272.000,00 (Hum milhão, duzentos e setenta e dois mil reais) por excesso de arrecadação de operação de crédito cuja obra seria concluída no exercício de 2016 e que, devido a fortes chuvas, não se concretizou.

Ocorreu, ainda, transposição/remanejamento no valor de R\$ 4.790.553,07 (Quatro milhões, setecentos e noventa mil, quinhentos e cinquenta e três reais e sete centavos), no âmbito da mesma categoria de programação e dentro do mesmo órgão.

<b>APURAÇÃO DOS LIMITES DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES ABERTOS EXERCÍCIO DE 2016</b>	
Lei Orçamentária	R\$ 87.322.000,00
Limite de Créditos Suplementares Autorizados	20%
Valor dos Créditos Suplementares Autorizados	R\$ 17.464.400,00
Total dos Créditos Suplementares Abertos no Exercício	R\$ 10.486.730,00
Diferença	(R\$ 7.007.670,00)

#### **2.4.2 – CRÉDITOS ESPECIAIS**

No exercício de 2016 não ocorreu abertura de Créditos Especiais.

#### **2.5 - COMPORTAMENTO DA RECEITA ARRECADADA NO EXERCÍCIO EM RELAÇÃO AOS EXERCÍCIOS ANTERIORES.**

<b>EXERCÍCIOS DE 2014, 2015 E 2016</b>			
<b>EXERCÍCIOS</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Arrecadação (R\$)</b>	<b>Arrecadação (R\$)</b>	<b>Arrecadação (R\$)</b>
Receitas Correntes	68.181.134,69	72.365.939,95	80.858.946,78
Receitas de Capital	2.322.714,36	939.423,31	2.209.378,77
<b>TOTAL</b>	<b>70.503.849,05</b>	<b>73.305.363,26</b>	<b>83.068.325,55</b>

No exercício de 2016, pode-se observar comportamento positivo em relação à receita arrecadada.

#### **2.6 – COMPORTAMENTO DA DESPESA REALIZADA NO EXERCÍCIO EM RELAÇÃO AOS EXERCÍCIOS ANTERIORES**

<b>EXERCÍCIOS DE 2014, 2015 E 2016</b>			
<b>EXERCÍCIOS</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
ESPECIFICAÇÃO	Realizada (R\$)	Realizada (R\$)	Realizada (R\$)
Despesa Corrente	64.476.227,96	68.995.418,38	70.812.380,16
Despesa de Capital	6.477.907,21	3.758.462,75	2.339.223,61
<b>TOTAL</b>	<b>70.954.135,17</b>	<b>72.753.881,13</b>	<b>73.151.603,77</b>

No exercício de 2016 pode-se verificar que a administração alcançou redução no percentual de crescimento da despesa.

## **2.7 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA**

No exercício de 2016 não ocorreu movimentação em Reserva de Contingência.

## **3 – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO FINANCEIRA**

Os procedimentos adotados relativos à execução financeira obedeceram às determinações legais.

## **4 – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO A EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO PATRIMONIAL**

A Controladoria Interna orientou para uma correta escrituração do patrimônio, para que os dados do Balanço refletissem a realidade do Município.

Ocorreu retificação no registro contábil da Dívida Ativa visto que os valores declarados não se encontravam em conformidade com os relatórios do Sistema de Arrecadação Tributária e Sistema de Contabilidade.

Os bens móveis e imóveis adquiridos foram contabilizados nas respectivas contas patrimoniais.

Não constam valores em caixa (valores em espécie), conforme Termo de Conferência de Caixa em 31/12/2016.

Os saldos bancários conferem com os extratos devidamente conciliados em 31/12/2016.

Os saldos dos Depósitos em consignação conferem com os valores a recolher para terceiros em curto prazo.

Os saldos dos parcelamentos de dívida fundada conferem com as Certidões/Declarações expedidas pelas entidades credoras em 31/12/2016.

Os valores de Restos a Pagar de 2016 e de exercícios anteriores conferem com as respectivas notas de empenho a pagar.

#### 4.1 – DÍVIDA FUNDADA INTERNA

##### Operações de Créditos

Ano Contrato	Contrato	Instituição Credora	Saldo Anterior	Inscrição	Cancelamento	Restabelec.	Atualização	Baixa	Valor Atual
2009	87.303	93 - BANCO DO BRASIL SA	489.047,40	0,00	0,00	0,00	77.169,64	83.906,42	501.910,62
2013	177156	93496 - BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS SA - BDMG	519.761,48	843.663,33	0,00	0,00	73.947,76	271.154,39	1.166.218,18
<b>Totais:</b>			1.007.808,88	843.663,33	0,00	0,00	151.117,40	335.060,81	1.668.128,80

##### Confissão de Dívida

Ano Contrato	Contrato	Instituição Credora	Saldo Anterior	Inscrição	Cancelamento	Restabelec.	Atualização	Baixa	Valor Atual
2009	30.781.280-4	47 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-POÇOS C	1.794.876,56	0,00	0,00	0,00	0,00	832.053,23	962.793,23
2014	25599998167819590	93455 - MINISTERIO DA FAZENDA	10.039,24	0,00	4.883,43	0,00	0,00	5.174,76	0,00
2014	25599998167818550	93455 - MINISTERIO DA FAZENDA	1.045.993,83	0,00	90.218,69	0,00	0,00	79.463,35	876.291,79
2016	619003189	93455 - MINISTERIO DA FAZENDA	0,00	441.155,52	0,00	0,00	0,00	7.282,66	433.872,86
<b>Totais:</b>			2.850.909,63	441.155,52	95.082,17	0,00	0,00	924.024,05	2.272.957,83
<b>Total Geral:</b>			3.858.717,51	1.284.818,85	95.082,17	0,00	151.117,40	1.299.084,86	3.941.086,73

O saldo da Dívida Fundada Interna, em 31/12/2016, confere com documentação arquivada na Divisão de Execução Orçamentária e Contábil.

#### 4.2 – LIMITES DA DÍVIDA.

<b>APURAÇÃO DOS LIMITES DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EXERCÍCIOS DE 2016</b>		
TÍTULOS	2015 (R\$)	2016 (R\$)
Dívida Consolidada	3.858.717,51	3.941.086,73
Deduções	21.949.021,22	30.538.279,25
Dívida Consolidada Líquida (A)	(18.090.303,71)	(26.597.192,52)
Receita Corrente Líquida (B)	67.943.622,11	75.742.467,88
Comprometimento da Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida (A/B x 100))	(0,26)	(0,35)
Limite máximo de endividamento conforme Resolução 40/01 do Senado Federal e alterações!		90.890.961,46

No exercício de 2016, a Dívida Consolidada Líquida do Município obedeceu aos limites impostos pela Resolução nº 40, de 20/12/2001 do Senado Federal.

## 4.3 – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

### Natureza: 0 - Restos a Pagar de Exercício Atual

Conta Extra	Descrição	Saldo Anterior	Inscrição	Baixa	Cancelamento	Restabelec.	Saldo Final
0	Restos a Pagar do Exercício Atual	0,00	74.321.149,92	65.932.855,83	0,00	0,00	8.388.294,09
<b>Total da Natureza:</b>		0,00	74.321.149,92	65.932.855,83	0,00	0,00	8.388.294,09

### Natureza: 1 - Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Conta Extra	Descrição	Saldo Anterior	Inscrição	Baixa	Cancelamento	Restabelec.	Saldo Final
83	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO 2012- PREFEITURA	4.080,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.080,00
84	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS 2012- PREFEITURA	3.520,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.520,00
91	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO 2013- PREFEITURA	6.890,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.890,00
92	RESTOS A PAGAR PROCESSADO 2013- PREFEITURA	8.740,16	0,00	0,00	0,00	0,00	8.740,16
93	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO 2013 - ANDRADAS PREV	5.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.100,00
100	RESTOS A PAGAR PROCESSADO 2014 - PREFEITURA	235.770,08	0,00	166.820,22	3.836,70	0,00	65.113,16
101	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO 2014- PREFEITURA	273.449,37	0,00	269.369,37	4.080,00	0,00	0,00
105	RESTOS A PAGAR PROCESSADO 2015 - PREFEITURA	8.198.742,18	0,00	7.273.610,27	45,00	0,00	925.086,91
106	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO 2015- PREFEITURA	2.586.890,40	0,00	1.462.244,58	543.785,19	0,00	580.860,63
108	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS 2015 - ANDRADAS PREV	512.676,82	0,00	512.676,82	0,00	0,00	0,00
109	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 2015 - ANDRADAS PREV	886,97	0,00	886,67	0,30	0,00	0,00
110	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO 2015 - CÂMARA	80.006,00	0,00	65.606,00	14.400,00	0,00	0,00
111	RESTOS A PAGAR PROCESSADO 2015 - CÂMARA	12.975,00	0,00	12.975,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total da Natureza:</b>		11.929.726,98	0,00	9.764.188,93	566.147,19	0,00	1.599.390,86

### Natureza: 3 - Depósitos

Conta Extra	Descrição	Saldo Anterior	Inscrição	Baixa	Cancelamento	Restabelec.	Saldo Final
4	INSS	44.812,71	637.541,45	592.657,50	89.696,66	0,00	0,00
5	INSS -CONTRIBUINTE INDIVIDUAL	1.061,84	39.433,52	40.145,93	0,00	0,00	349,43
7	PENSÃO JUDICIAL	0,00	47.255,74	47.255,74	0,00	0,00	0,00
8	SINDICATO-SERVIDOR-ASEPMA/SINDSEPMA	0,00	730.492,15	730.492,15	0,00	0,00	0,00
10	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	0,00	1.331.894,93	1.331.894,93	0,00	0,00	0,00
11	BANCO DO BRASIL S/A	0,00	93.582,75	93.582,75	0,00	0,00	0,00
12	VALE ALIMENTAÇÃO SERVIDORES MUNICIPAIS	0,00	1.224.674,17	1.118.553,19	0,00	0,00	106.120,98
16	FUNDO DE SAÚDE - SERV. PUB. MUNICIPAIS	130.157,49	0,00	0,00	0,00	0,00	130.157,49
19	UNIBANCO S/A	0,00	7.306,00	7.306,00	0,00	0,00	0,00
23	CONTRIBUIÇÃO ANDRADAS - PREV. SERVIDORES	0,00	1.885.151,02	1.885.151,02	0,00	0,00	0,00
25	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL A RECOLHER	0,00	60.832,23	60.832,23	0,00	0,00	0,00
33	CM - CONVENIO SINDSEPMA	0,00	467,57	467,57	0,00	0,00	0,00
35	VOTORANTIM S/A.	0,00	438.688,02	438.688,02	0,00	0,00	0,00
36	CM -EMPRÉSTIMO CONSIGNAÇÃO AGROCREDI	0,00	11.252,98	11.252,98	0,00	0,00	0,00
38	CM - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL ANDRADAS- PREV	0,00	13.375,80	13.375,80	0,00	0,00	0,00
43	CM - INSS	0,00	72.872,98	72.872,98	0,00	0,00	0,00
45	CM - IRRF	0,00	31.897,64	31.897,64	0,00	0,00	0,00
46	CM - EMPRÉSTIMO CONSIGNAÇÃO AZUL	0,00	69.106,71	69.106,71	0,00	0,00	0,00
47	CM -EMPRÉSTIMO CONSIGNAÇÃO AMARELA	0,00	19.118,60	19.118,60	0,00	0,00	0,00
49	CM - VISA VALE	0,00	14.900,42	14.900,42	0,00	0,00	0,00
50	CM - RENTABILIDADE E APLICAÇÃO FINANCEIRA	0,00	37.678,78	37.678,78	0,00	0,00	0,00
53	ANDRADAS-PREV CONVENIO SINDSEPMA	0,00	161.405,50	161.405,50	0,00	0,00	0,00
54	ANDRADAS-PREV CONSIGNAÇÃO AMARELA	0,00	204.632,68	204.632,68	0,00	0,00	0,00
56	ANDRADAS-PREV I.R.R.F	0,00	159.890,09	159.890,09	0,00	0,00	0,00
57	ANDRADAS-PREV CONSIGNATÁRIOS DIVERSOS	9.422,81	0,00	0,00	0,00	0,00	9.422,81
59	ANDRADAS-PREV CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	0,00	266.518,54	266.518,54	0,00	0,00	0,00
68	ANDRADAS-PREV PENSÃO ALIMENTÍCIA	0,00	9.280,80	9.280,80	0,00	0,00	0,00
69	ANDRADAS-PREV - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL A RECOLHER	0,00	527,66	527,66	0,00	0,00	0,00
77	ANDRADAS PREV - SINDSEPMA - SIND. SERV.PUBL.MUN. DE ANDRADAS	0,00	42.774,42	42.774,42	0,00	0,00	0,00
85	ANDRADAS-PREV - BV FINANCEIRA S/A CRED. FINANC. INVESTIMENTOS	0,00	58.772,15	58.772,15	0,00	0,00	0,00
87	ANDRADAS-PREV - CARTÃO VISA VALE	0,00	204.490,61	204.490,61	0,00	0,00	0,00
112	RECEITA DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS	0,00	50.115,53	36.037,22	0,00	0,00	14.078,31
115	DESC. AÇÃO DE EXEC.TÍTULO EXTRAJUDICIAL N° 0024340-34-2016.8.13.0026	0,00	800,00	800,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total da Natureza:</b>		185.454,85	7.926.731,44	7.762.360,61	89.696,66	0,00	260.129,02

**Natureza: 5 - Outras Operações**

Conta Extra	Descrição	Saldo Anterior	Inscrição	Baixa	Cancelamento	Restabelec.	Saldo Final
97	DEPOSITO EM CAUÇÃO	3.115,43	191,17	3.306,60	0,00	0,00	0,00
113	ANDRADAS PREV - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	0,00	312,00	312,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total da Natureza:</b>		3.115,43	503,17	3.618,60	0,00	0,00	0,00

**Natureza: 6 - Repasse Financeiro**

Conta Extra	Descrição	Saldo Anterior	Inscrição	Baixa	Cancelamento	Restabelec.	Saldo Final
39	REPASSES CONCEDIDOS CÂMARA MUNICIPAL	0,00	0,00	2.600.000,00	0,00	0,00	-2.600.000,00
40	TRANSF. FINANC. ANDRADAS PREV-INATIVOS	0,00	0,00	3.404.506,45	0,00	0,00	-3.404.506,45
48	CM - REPASSE DA PREF. MUNICIPAL	0,00	2.600.000,00	0,00	0,00	0,00	2.600.000,00
55	ANDRAS-PREV APORTE FINANCEIRO PREF. MUNICIPAL	0,00	3.422.419,05	0,00	17.912,60	0,00	3.404.506,45
64	DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - PREFEITURA	0,00	1.191.384,28	0,00	0,00	0,00	1.191.384,28
66	CM - DEVOLUÇÃO DE NUMERÁRIO	0,00	0,00	1.191.384,28	0,00	0,00	-1.191.384,28
98	DEVOLUÇÃO DE APORTE RECEBIDO - ANDRADAS PREV	0,00	0,00	20.757,40	0,00	0,00	-20.757,40
99	DEVOLUÇÃO DE APORTE PAGO	0,00	20.757,40	0,00	0,00	0,00	20.757,40
107	TRANSF. FINANC. ANDRADAS PREV-INATIVOS - PORTARIA Nº 288, 30/06/2015	0,00	0,00	20.797,12	0,00	0,00	-20.797,12
114	ANDRADAS PREV - APORTE PARA PAGAMENTO DO COMPREV	0,00	2.884,52	0,00	0,00	17.912,60	20.797,12
<b>Total da Natureza:</b>		0,00	7.237.445,25	7.237.445,25	17.912,60	17.912,60	0,00
<b>Total Geral:</b>		12.118.297,26	89.485.829,78	90.700.469,22	673.756,45	17.912,60	10.247.813,97

**4.4 – DEMONSTRAÇÃO DOS DEVEDORES DIVERSOS**

Conta Extra	Descrição	Saldo Anterior	Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	Saldo Final
6	INSS - EMPRESA	31.950,38	124.352,46	0,00	142.331,00	0,00	14.001,84
13	SALÁRIO FAMÍLIA - CLT	0,00	19.707,50	0,00	19.707,50	0,00	0,00
14	SALÁRIO FAMÍLIA ANDRADAS PREV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	SALÁRIO MATERNIDADE ANDRADAS PREV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	SALÁRIO MATERNIDADE - CLT	5.484,38	68.376,43	0,00	74.350,81	0,00	0,00
18	CONTRIBUIÇÃO AO SEST E AO SENAT	0,00	1.385,22	0,00	1.347,12	0,00	18,10
20	ADIANTAMENTO DE VIAGEM	286,53	325.580,00	0,00	325.846,53	0,00	0,00
24	ADIANTAMENTOS DIVERSOS	1.130,59	282.722,00	0,00	283.852,59	0,00	0,00
34	VALE ALIMENTAÇÃO 2ª VIA CARTÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42	AUXÍLIO DOENÇA - ANDRADAS PREV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	CM - SALÁRIO FAMÍLIA	0,00	899,84	0,00	899,84	0,00	0,00
61	ADIANTAMENTO SETOR DE COMPRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	ANDRADAS PREV - SALÁRIO FAMÍLIA	0,00	1.040,88	0,00	1.040,88	0,00	0,00
78	RECEITA DE LEILÃO A RECEBER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	CM - SALÁRIO MATERNIDADE	0,00	28.512,00	0,00	28.512,00	0,00	0,00
89	ANDRADAS PREV - ADIANTAMENTO DE VALOR	0,00	2.600,00	0,00	2.600,00	0,00	0,00
<b>Total Geral:</b>		38.831,88	855.486,43	0,00	880.298,37	0,00	14.019,94

**5 – ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES E CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

No exercício de 2016 ocorreu inscrição no valor de R\$ 572.555,49 (Quinhentos e setenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e nove centavos) referente Operação de Crédito contraída com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A no exercício de 2013.

**6 – ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DOS LIMITES PARA INSCRIÇÃO DE DESPESAS EM RESTOS A PAGAR**

Os Restos a Pagar inscritos no Exercício de 2016, totalizaram o valor de R\$ 8.388.294,09 (Oito milhões, trezentos e oitenta e oito mil, duzentos e noventa e quatro reais e nove centavos), sendo R\$ 6.994.637,70 (Seis milhões, novecentos e noventa e quatro mil, seiscentos e trinta e sete reais e setenta centavos) restos a pagar processados e R\$



1.393.656,39 (Um milhão, trezentos e noventa e três mil, seiscentos e cinquenta e seis reais, trinta e nove centavos) restos a pagar não processados.

**7 – OBSERVÂNCIA DOS LIMITES E CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL**



**Prefeitura Municipal de Andradas**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Apuração de Gastos com Pessoal - Valores Liquidados**  
**Período de 01-01-2016 a 31-12-2016**

1-) DESPESAS	PREFEITURA	CÂMARA	ADM.INDIRETA	TOTAL
31901100 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	22.263.311,82	898.190,74	224.797,58	23.386.300,14
31900500 Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do	766.127,92	0,00	349,92	766.477,84
31909400 Indenizações e Restituições Trabalhistas	664.617,06	0,00	0,00	664.617,06
31900100 Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e	0,00	0,00	5.243.124,16	5.243.124,16
31900400 Contratação por Tempo Determinado	5.874.752,15	13.759,85	0,00	5.888.512,00
31717000 Rateio pela Participação em Consórcio Público	147.835,34	0,00	0,00	147.835,34
31919200 Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
31911300 Obrigações Patronais	3.083.519,53	26.751,92	15.677,63	3.125.949,08
31901300 Obrigações Patronais	1.332.888,47	140.534,47	0,00	1.473.422,94
31909200 Despesas de Exercícios Anteriores	2.434,40	0,00	0,00	2.434,40
31900300 Pensões do RPPS e do Militar	0,00	0,00	1.558.690,78	1.558.690,78
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM PESSOAL</b>	<b>34.135.486,69</b>	<b>1.079.236,98</b>	<b>7.042.640,07</b>	<b>42.257.363,74</b>
Deduções dos Gastos com Pessoal	664.617,06	0,00	6.801.814,94	7.466.432,00
<b>TOTAL LÍQUIDO DAS DESPESAS COM PESSOAL</b>	<b>33.470.869,63</b>	<b>1.079.236,98</b>	<b>240.825,13</b>	<b>34.790.931,74</b>
<b>2-) RECEITAS</b>				<b>TOTAL</b>
Receita Corrente Líquida do Município				75.742.467,88
<b>3-) APLICAÇÃO PODER EXECUTIVO ( Art.20, III, Inciso b )</b>				
Permitido Pela Lei Complementar 101/00				54%
Aplicado				44,51%
Diferença				-9,49%
<b>4-) APLICAÇÃO PODER LEGISLATIVO ( Art.20, III, Inciso a )</b>				
Permitido Pela Lei Complementar 101/00				6%
Aplicado				1,42%
Diferença				-4,58%
<b>5-) APLICAÇÃO DO MUNICÍPIO ( Art.19, III )</b>				
Permitido Pela Lei Complementar 101/00				60%
Aplicado				45,93%
Diferença				-14,07%

A despesa com pessoal no exercício 2015 totalizou R\$ 31.880.818,27 (Trinta e um milhões, oitocentos e oitenta mil, oitocentos e dezoito reais e vinte e sete centavos),

correspondendo a 46,92% da Receita Corrente Líquida, obedecendo ao disposto na Lei Complementar 101/2000.

## **8 – AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, NOS TERMOS DOS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO E DEMAIS LEGISLAÇÕES PERTINENTES – ART. 212 DA CF/88, EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 53/06 E LEIS Nº 9.394/96 E 11.494/07**

### **8.1 – APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

Município: Andradas

Exercício: 2016

#### **ANEXO II**

#### **Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art.212 da C.F; Emenda Constitucional nº 53/06, leis nº 9.394/96 e 11.494/07)**

<b>Receitas</b>	<b>Valor</b>
<b>1 - Receita de impostos</b>	
<b>1.1 - Receita resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)</b>	<b>4.256.201,17</b>
1112.02.00 - Imposto Sobre A Propriedade Predial e Territorial Urbana	3.644.234,22
1911.38.00 - Multas e Juros do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU	51.395,18
1913.11.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	203.705,38
1931.11.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU	356.866,39
(-) Deduções da Receita do IPTU	
<b>1.2 - Receita resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos (ITBI)</b>	<b>1.851.089,75</b>
1112.08.00 - Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	1.851.089,75
1911.39.00 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Transferência de Bens Imóveis	
1913.12.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto Sobre a Transmissão Inter - Vivos e Bens Imóveis (ITBI)	
1931.12.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Transferência de Bens Imóveis	
(-) Deduções da Receita do ITBI	
<b>1.3 - Receita resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)</b>	<b>3.435.307,89</b>
1113.05.01 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2.947.885,14
1113.05.02 - Adicional ISS - Fundo Municipal de Combate à Pobreza	
1911.40.00 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Serviços	52.403,84
1913.13.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	172.404,46
1931.13.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços	262.614,45
(-) Deduções da Receita do ISS	
<b>1.4 - Receita resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)</b>	<b>938.649,89</b>
1112.04.31 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	542.471,50

1112.04.34 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos	396.178,39
(-) Deduções da Receita do IRRF	
<b>1.5 - Receita resultante do Imposto Territorial Rural (ITR) (CF, ART. 153, §4º, inciso III)</b>	
1112.01.01 – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – Municípios Conveniados	
1911.08.01 – Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	
1913.08.00 – Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	
1931.04.00 – Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	
(-) Deduções da Receita do ITR	
<b>Subtotal</b>	<b>10.481.248,70</b>
<b>2 - Receita de transferências constitucionais e legais</b>	
1721.01.02 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	23.959.109,59
1721.01.03 - Cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro	994.906,35
1721.01.04 - Cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	707.049,20
1721.01.05 - Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	35.045,61
1721.36.00 - Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	100.790,52
1722.01.01 - Cota-parte do ICMS	16.479.556,14
1722.01.02 - Cota-parte do IPVA	4.998.119,64
1722.01.04 - Cota-parte do IPI sobre Exportação	204.782,25
1721.01.32 - Cota-Parte do IOF – Ouro	
<b>Subtotal</b>	<b>47.479.359,30</b>
<b>Total das Receitas (A)</b>	<b>57.960.608,00</b>

<b>Total</b>	<b>Percentual</b>	<b>Valor</b>
B – Aplicação Devida (art. 212 da CF/88)	<b>25,00%</b>	14.490.152,00
C – Valor da Aplicação	25,49%	14.769.052,96
<b>D - Diferença entre o Valor Aplicado e o Limite Constitucional</b>		<b>278.900,96</b>

Município: **Andradas**

Exercício: 2016

**ANEXO III**

**Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art. 212 da CR/88; EC nº 53/06, leis 9.394/96, 11.494/07 e IN 05/2012)**

<b>Função/ Subfunção/ Programa</b>	<b>Valor Pago</b>	<b>Resto a Pagar Não Processado</b>	<b>Resto a Pagar Processado</b>	<b>Total</b>
<b>12 - Educação</b>				
122 - Administração Geral				
2001 - "Programa +Educação (PME)	1.271.802,94	566,00	131.251,36	1.403.620,30
XXXX - Nome do programa				
128 - Formação de Recursos Humanos				
XXXX - Nome do programa				
XXXX - Nome do programa				
271 - Previdência Básica				
XXXX - Nome do programa				
XXXX - Nome do programa				

272 - Previdência do Regime Estatutário				
XXXX - Nome do programa				
XXXX - Nome do programa				
273 - Previdência Complementar				
XXXX - Nome do programa				
XXXX - Nome do programa				
361 - Ensino Fundamental				
2001 - "Programa +Educação (PME)	3.353.081,38		760.660,79	4.113.742,17
XXXX - Nome do programa				
365 - Educação Infantil				
2001 - "Programa +Educação (PME)	1.403.027,19		286.602,49	1.689.629,68
XXXX - Nome do programa				
366 - Educação de Jovens e Adultos				
XXXX - Nome do programa				
XXXX - Nome do programa				
367 - Educação Especial				
2001 - "Programa +Educação (PME)	144.003,89			144.003,89
XXXX - Nome do programa				
	<b>Total</b>	<b>6.171.915,40</b>	<b>566,00</b>	<b>1.178.514,64</b>
				<b>7.350.996,04</b>

Descrição	Valor
Valor Pago (A)	5.114.939,14
Contribuição ao FUNDEB (Lei nº 11.494/2007)	9.143.151,30
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (B)	1.056.976,26
<b>Subtotal (C = A + FUNDEB + B)</b>	<b>15.315.066,70</b>
Disponibilidade de caixa (D)	511.090,71
Valores Comprometidos de Exercícios Anteriores (Restos a Pagar e Extraorçamentários) (E)	1.179.080,64
<b>Saldo de Disponibilidade de Caixa (F = D - E)</b>	<b>-667.989,93</b>
Resto a Pagar (processados e não processados) inscritos sem disponibilidade de caixa (G = B - F)	1.724.966,19
<b>Restos a Pagar de Exercícios Anteriores sem disponibilidade de caixa pagos no exercício atual (Consulta 932.736) (H)</b>	<b>1.178.952,45</b>
<b>Total Aplicado (I = C - G + H)</b>	<b>14.769.052,96</b>

O Município de Andradas aplicou 25,49% na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, atendendo ao disposto no artigo 212 da Constituição Federal e ao artigo 69 da Lei nº 9.394/96, conforme anexos acima.

Entretanto, pode-se considerar o percentual de 27,52% pois ao valor pago (R\$ 5.114.939,14) mais Retenção ao FUNDEB (R\$ 9.143.151,30), disponibilidade de Caixa para cobertura de Restos a Pagar inscritos no exercício (R\$511.090,71) e Restos a Pagar de Exercícios Anteriores sem disponibilidade de caixa (R\$1.178.952,45) pagos no exercício 2016, portanto pagos com recursos próprios e não considerados no percentual aplicado no exercício de origem totaliza R\$ 15.948.133,60

## 8.2 – APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DA VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Município: Andradas

Exercício: 2016

### ANEXO VIII

#### Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB

##### I - Recursos

Natureza da Receita	Valor
1724.01.00 - Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	9.195.515,82
1724.02.00 - Transferências de Recursos da Complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	
1325.01.02 - Receitas de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FUNDEB (Art. 20, Lei no. 11.494/07)	49.617,42
<b>Recursos não aplicados no exercício anterior (art. 21, § 2º, da lei 11.494/07)</b>	
<b>Total</b>	<b>9.245.133,24</b>

<b>II - Aplicação da Educação Básica</b>	<b>9.245.133,24</b>
--	---------------------

##### III - Gastos Com Profissionais do Magistério da Educação Básica em Efetivo Exercício

Descrição	Percentual	Valor
Receita total do FUNDEB	100,00%	9.245.133,24
Valor legal mínimo	60,00%	5.547.079,94
Total aplicado	75,63%	6.992.088,22

Os gastos com a remuneração dos Profissionais do Magistério com recursos do FUNDEB totalizaram R\$ 6.992.088,22 (Seis milhões, novecentos e noventa e dois mil, oitenta e oito reais e vinte e dois centavos) corresponderam a 75,63%, atenderam ao limite mínimo de 60% da receita arrecadada, conforme disposto no artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

O saldo apresentado na conta corrente nº 17.204-9, em 31/12/2016, no valor de R\$ 506.164,39 (Quinhentos e seis mil, cento e sessenta e quatro reais e trinta e nove centavos), refere-se a despesas com folha de pagamento da competência dezembro/2015 com vencimento em janeiro/2017.

### 8.3 – OUTROS NÍVEIS DE ENSINO

No exercício de 2016, o Município de Andradas atendeu satisfatoriamente aos usuários da Educação Básica e também atuou em outros níveis de ensino, fornecendo transporte escolar a alunos do ensino superior e apoio à Universidade Aberta e Integrada de Minas Gerais.

## 9 – AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, NOS TERMOS DOS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS E DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

Município: Andradas

Exercício: 2016

### ANEXO IV

#### Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Receitas	Valor
<b>1 - Receita de impostos</b>	
<b>1.1 - Receita resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)</b>	<b>4.256.201,17</b>
1112.02.00 - Imposto Sobre A Propriedade Predial E Territorial Urbana	3.644.234,22
1911.38.00 - Multas e Juros do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU	51.395,18
1913.11.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	203.705,38
1931.11.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU	356.866,39
(-) Deduções da Receita do IPTU	
<b>1.2 - Receita resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos (ITBI)</b>	<b>1.851.089,75</b>
1112.08.00 - Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	1.851.089,75
1911.39.00 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Transferência de Bens Imóveis	
1913.12.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto Sobre a Transmissão Inter - Vivos e Bens Imóveis (ITBI)	
1931.12.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Transferência de Bens Imóveis	
(-) Deduções da Receita do ITBI	
<b>1.3 - Receita resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)</b>	<b>3.435.307,89</b>
1113.05.01 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2.947.885,14
1113.05.02 - Adicional ISS - Fundo Municipal de Combate à Pobreza	
1911.40.00 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Serviços	52.403,84
1913.13.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	172.404,46
1931.13.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços	262.614,45
(-) Deduções da Receita do ISS	
<b>1.4 - Receita resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)</b>	<b>938.649,89</b>
1112.04.31 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	542.471,50
1112.04.34 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos	396.178,39
(-) Deduções da Receita do IRRF	

<b>1.5 Receita resultante do Imposto Territorial Rural (ITR) (CF, ART. 153, §4º, inciso III)</b>	
1112.01.01 – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – Municípios Conveniados	
1911.08.01 – Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	
1913.08.00 – Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	
1931.04.00 – Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	
(-) Deduções da Receita do ITR	
<b>Subtotal</b>	<b>10.481.248,70</b>
<b>2 - Receita de transferências constitucionais e legais</b>	
1721.01.02 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	23.959.109,59
1721.01.05 - Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	35.045,61
1721.36.00 - Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	100.790,52
1722.01.01 - Cota-parte do ICMS	16.479.556,14
1722.01.02 - Cota-parte do IPVA	4.998.119,64
1722.01.04 - Cota-parte do IPI sobre Exportação	204.782,25
<b>Subtotal</b>	<b>45.777.403,75</b>
<b>Total das Receitas (A)</b>	<b>56.258.652,45</b>

### Resumo da Aplicação das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Exercício Atual	Percentual	Valor
B - Aplicação Devida (art. 7º da LC nº 141/2012)	<b>15,00%</b>	8.438.797,87
C - Valor da Aplicação	24,77%	13.933.486,32
<b>D - Diferença entre o Valor Aplicado e o Limite Constitucional (C - B)</b>	-	<b>5.494.688,45</b>

Resíduo de Exercício Anterior	Valor
E - Valor não Aplicado de Exercício Anterior	
F - Aplicação no Exercício Atual Referente ao Resíduo de Exercício Anterior	
<b>G - Diferença (F - E)</b>	

Município: Andradadas

Exercício: 2016

#### ANEXO V

### Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (Art. 198, §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012)

Função/ Subfunção/ Programa	Valor Pago	Resto a Pagar Não Processado	Resto a Pagar Processado	Total
<b>10 - Saúde</b>				
122 - Administração Geral				
1001 - "Programa + Saúde" (PMS)	1.119.763,95		155.272,08	1.275.036,03
XXXX - Nome do programa				
128 - Formação de Recursos Humanos				
XXXX - Nome do programa				
XXXX - Nome do programa				
271 - Previdência Básica				
XXXX - Nome do programa				
XXXX - Nome do programa				



272 - Previdência do Regime Estatutário				
XXXX - Nome do programa				
XXXX - Nome do programa				
273 - Previdência Complementar				
XXXX - Nome do programa				
XXXX - Nome do programa				
301 - Atenção Básica				
1001 - "Programa + Saúde" (PMS)	5.474.169,58	4.994,00	577.644,20	6.056.807,78
XXXX - Nome do programa				
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
1001 - "Programa + Saúde" (PMS)	8.928.193,09	448.734,52	930.152,36	10.307.079,97
XXXX - Nome do programa				
303 - Suporte Profilático e Terapêutico				
XXXX - Nome do programa				
XXXX - Nome do programa				
304 - Vigilância Sanitária				
1001 - "Programa + Saúde" (PMS)	798.971,70		62.213,51	861.185,21
XXXX - Nome do programa				
305 - Vigilância Epidemiológica				
1001 - "Programa + Saúde" (PMS)	2.126,00		89,80	2.215,80
XXXX - Nome do programa				
306 - Alimentação e Nutrição				
XXXX - Nome do programa				
XXXX - Nome do programa				
511 - Saneamento Básico Rural (quando for o caso, conforme art. 3º, VI e VII, da LC n. 141/2012)				
XXXX - Nome do programa				
XXXX - Nome do programa				
512 - Saneamento Básico Urbano (quando for o caso, conforme art. 3º, VI e VII, da LC n. 141/2012)				
XXXX - Nome do programa				
XXXX - Nome do programa				
<b>Total</b>	<b>16.323.224,32</b>	<b>453.728,52</b>	<b>1.725.371,95</b>	<b>18.502.324,79</b>

Descrição	Valor
Valor Pago (A)	13.931.425,47
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (B)	2.391.778,85
<b>Subtotal (C = A + B)</b>	<b>16.323.224,32</b>
Disponibilidade de caixa (D)	2.072,58
Valores Comprometidos de Exercícios Anteriores (Restos a Pagar e Extraorçamentários) (E)	2.179.100,47
<b>Saldo de Disponibilidade de Caixa (F = D - E)</b>	<b>-2.177.027,89</b>
Resto a Pagar (processados e não processados) inscritos sem disponibilidade de caixa (G = B - F)	4.568.806,74
<b>Restos a Pagar de Exercícios Anteriores sem disponibilidade de caixa pagos no exercício atual (Consulta 932.736) (H)</b>	<b>2.179.068,74</b>
<b>Total Aplicado (I = C - G + H)</b>	<b>13.933.486,32</b>

O Município de Andradas aplicou 24,77% com Ações e Serviços Públicos de Saúde, atendendo ao percentual mínimo exigido de 15%.

Assim como o ocorrido com os gastos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode-se considerar como aplicado, o valor de R\$ 16.112.566,79 correspondendo ao percentual de 28,64% pois, somando-se o valor pago (R\$ 13.931.425,47) mais disponibilidade de Caixa para cobertura de Restos a Pagar inscritos no exercício (R\$2.072,58) e aos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores sem disponibilidade de caixa pagos com recurso próprio no exercício atual (R\$2.179.068,74) e não considerados no percentual aplicado no exercício de origem.

## **10 – INFORMAÇÕES QUANTO A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS.**

No exercício de 2016 não ocorreu alienação de ativos, bem como movimentação na conta bancária nº 19.120-5 – Leilão.

## **11 – OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ARTIGO 29-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REFERENTE AO REPASSE MENSAL DE RECURSOS AO PODER LEGISLATIVO**

<b>REPASSE DE RECURSOS AO PODER LEGISLATIVO</b>			
<b>EXERCÍCIOS DE 2016</b>			
Receita Tributária , Transferências Constitucionais, Receita da Dívida Ativa Tributária, Multas e Juros decorrentes de Receitas Tributárias, arrecadadas em 2015.	Limite Máximo de Repasse em 2016: 7% das receitas arrecadadas em 2015 conforme primeira coluna.	Valor do Repasse Previsto na Lei Orçamentária Anual (Proporção fixada na LOA)	Repasse Realizado
R\$ 55.686.761,34	R\$ 3.898.073,29	R\$ 2.600.000,00	R\$ 2.600.000,00

O valor repassado tempestivamente ao Poder Legislativo, no exercício 2016, totalizou R\$ 2.600.000,00 (Dois milhões e seiscentos mil reais) atendendo ao limite constitucional.

O Poder Legislativo devolveu ao Poder Executivo, a importância de R\$ 1.191.384,28 (Um milhão, cento e noventa e um mil, trezentos e oitenta e quatro reais e vinte e oito centavos) por saldo não utilizado.

## **12 – SUBVENÇÕES SOCIAIS**

O Município concedeu subvenções sociais através de convênios firmados com diversas entidades mediante apresentação de planos de trabalho e prestações de contas submetidas à aprovação de Secretários e Conselho Municipal de Assistência Social.

## **13 – PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO**

Encontra-se em tramitação processos para apuração de responsabilidade relativos a multas por infração à legislação de trânsito.

No exercício de 2016 foi recolhido, a título de Reposição ao Erário Municipal – Multa de Trânsito, o valor de R\$ 789,36, (Setecentos e oitenta e nove reais e trinta e seis centavos) através do desconto em folha de pagamento de servidor responsável pela infração.

## **14 – PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO**

O Município de Andradas está autorizado a participar de consórcios públicos através da Lei Ordinária nº 1.469, de 06 de junho de 2007.

**No exercício** de 2016, o Município de Andradas participou do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Rio Pardo, Consórcio Intermunicipal de Saúde da Macro Região do Sul de Minas e Consórcio Público para Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

## **15 – DEMONSTRATIVO DE RECURSOS DE MULTAS DE TRÂNSITO**

No exercício de 2016 o Município não recebeu recursos de Multas de Trânsito.

A conta corrente nº 14.558-7 mantém-se com o saldo de R\$ 0,50 (Cinquenta centavos).

## **16 – DEMONSTRATIVO DE RECURSOS DA CIDE – CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO DO DOMÍNIO ECONÔMICO**

O repasse da CIDE no exercício de 2016 foi de R\$ 64.433,21 (Sessenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e três reais e vinte e um centavos), contabilizado na rubrica 1.7.2.2.01.13 – Cota Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico e, os

rendimentos de aplicação financeira totalizou R\$ 3.528,96 (Três mil, quinhentos e vinte e oito reais e noventa e seis centavos).

## 17 – INDICAÇÃO DO MONTANTE INSCRITO EM RESTOS A PAGAR REFERENTE ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DEVIDAS AO INSTITUTO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA

O valor consolidado inscrito em Restos a Pagar do exercício de 2016, no valor de R\$ 262.729,89 (Duzentos e sessenta e dois mil, setecentos e vinte e nove reais e oitenta e nove centavos) refere-se à contribuição patronal sobre a folha de pagamento competência dezembro/2016 a ser paga em janeiro/2017.

## 18 – DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS PAGAS A TÍTULO DE OBRIGAÇÕES PATRONAIS, DISTINGUINDO OS VALORES REPASSADOS AO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL E AQUELES REPASSADOS AO INSTITUTO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA

DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS PAGAS A TÍTULO				
DE OBRIGAÇÕES PATRONAIS				
EXERCÍCIO DE 2016				
Mês	Obrigações Patronais Repassadas ao INSS (R\$)	Obrigações Patronais Repassadas ao Instituto Próprio de Previdência (R\$)	Obrigações Patronais Repassadas a Outros Órgãos ( FGTD, Ipsemg etc) (R\$)	Total das Obrigações Patronais Repassadas (Pagas) (R\$)
JAN	126.596,98	206.622,74	0,00	333.219,72
FEV	213.668,91	214.821,51	0,00	428.490,42
MAR	140.585,52	215.473,06	0,00	356.058,58
ABR	135.902,21	223.254,89	0,00	359.157,10
MAI	148.544,26	228.357,47	0,00	376.901,73
JUN	146.709,06	228.151,57	0,00	374.860,63
JUL	152.562,43	235.355,04	0,00	387.917,47
AGO	118.936,11	246.444,57	0,00	365.380,68
SET	137.170,68	246.465,76	0,00	383.636,44
OUT	132.854,73	255.931,06	0,00	388.785,79
NOV	11.211,45	260.085,20	0,00	271.296,65

## 19 – DÍVIDA DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA JUNTO AO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ANDRADAS

As contribuições sociais ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Andradas encontram-se regulares restando, apenas, as da competência dezembro/2016 cujo vencimento e no mês de janeiro/2017.

## **20 – CONCLUSÃO**

O Município desenvolveu ações de combate à sonegação, à recuperação de créditos e, por outro lado adotou medidas de contenção de gastos para evitar o desequilíbrio fiscal.

As metas previstas no plano plurianual, priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e os programas do governo municipal elencados na Lei Orçamentária do Exercício 2016, foram adequadamente cumpridas com exceção de alguns projetos e atividades cujos objetivos não foram atingidos em razão da escassez de recursos e do aumento dos custos em geral.

A administração é composta por pessoas passíveis de falhas, entretanto não ocorreu nenhuma falha grave acarretando prejuízo ao erário público.

Os Poderes Legislativo, Executivo e o Regime Próprio de Previdência encaminharam as informações via SICOM, inclusive se utilizando de substituições autorizadas.

A Controladoria Interna atuou de forma comprometida no acompanhamento das ações desenvolvidas em benefício dos munícipes.

A Prestação de Contas do Exercício de 2016, arquivo DCASP, até a presente data, não se encontra apta à apreciação desta Egrégia Corte de Contas, visto inconsistências no sistema de transferência de informações.

Andradas, 30 de março de 2016.

Lúcia Hermínia de Oliveira  
Controladora Interna

